

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.558.166 - SP (2019/0229485-6)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**  
**ADVOGADOS : PEDRO DA SILVA DINAMARCO - SP126256**  
**HELENA MECHLIN WAJSFELD CICARONI - SP194541**  
**NATALIA FERNANDES SANCHEZ - SP281891**  
**MARIANA DE SOUZA ANDRADE - SP310877**  
**CANDIDO DA SILVA DINAMARCO - SP102090**  
**AGRAVADO : LUIZ TEIXEIRA DE REZENDE**  
**ADVOGADOS : MURILO GALEOTE - SP257954**  
**LUCAS MELO NÓBREGA - SP272529**  
**RAFAEL DOS SANTOS MATTOS ALMEIDA - SP282886**  
**PEDRO PINHEIRO ORDUÑA - SP352100**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 403):

SEGURO DE VIDA EM GRUPO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO.

1. Em ação onde é discutida obrigação de trato sucessivo deve ser reconhecida a prescrição apenas das parcelas vencidas há mais de um ano antes da data da propositura da ação, eis que o prazo prescricional para as ações do segurado contra a seguradora é ânua (artigo 206, §1º, inciso II do CC). 2. Em se tratando de aumento do prêmio ou redução do valor da indenização de contrato de seguro de vida em grupo, contando o segurado com mais de 60 anos de idade e uma relação contratual de mais de 10 anos, aliada à não apresentação por parte da seguradora de cálculo demonstrativo do desequilíbrio atuarial que justifique tal alteração nos termos da avença, é evidente a abusividade praticada pela ré com o consequente reconhecimento do dever de restituir os valores recebidos a maior. Recurso provido para julgar a ação procedente.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 419/423).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante sustenta, em síntese, que *" a Col. Corte local entendeu claramente que a pretensão de discutir os efeitos patrimoniais da não renovação securitária ocorrida pontualmente em 2002 - e de, consequentemente, obter a extirpação de cláusula contratual de reajuste - não estaria sujeita a prazo prescricional algum, apenas porque o contrato é de trato sucessivo."*

(e-STJ, fl. 431) e, acrescentou que:

[...] o V. acórdão violou frontalmente o disposto no art. 178, § 6º, inc. II do Código Civil de 1916 (cuja redação foi mantida pelo art. 206, § 1º, inc. II, alínea b, do atual Código Civil, também violado), segundo o qual a prescrição é de 1 (um) ano para o segurado deduzir qualquer pretensão em face do segurador, não se limitando às demandas voltadas ao recebimento do capital segurado ou à devolução da diferença dos prêmio pagos.

Requer, mediante esses termos, o provimento do recurso especial "para que seja reconhecida a prescrição da pretensão principal do recorrido (CC, art. 206, § 1º, inc. II, alínea b), com a consequente extinção do processo com fulcro no art. 487, inc. II do Código de Processo Civil." ou, alternativamente, "que se reconheça que os efeitos condenatórios da R. decisão devem ficar restritos ao período não atingido pela prescrição, de modo que somente os reajustes em razão da faixa etária aplicados a partir de 1 (um) ano antes da propositura da presente demanda deixem de incidir" (e-STJ, fls. 440/441).

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls 447/462).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

No que concerne à alegação de prescrição da pretensão principal do recorrido, a Corte de origem deixou consignado o seguinte (e-STJ fls. 405/406):

Em relação à prescrição total da ação como alega a ré em contestação, não há como acolher tal pretensão, na medida em que, muito embora a inicial discorra que a partir do ano de 2008 os aumentos no valor do prêmio tenham sido abusivos, **o próprio autor persegue a devolução dos valores pagos indevidamente apenas em relação ao último ano anterior à propositura da presente demanda que se deu no corrente ano (2018).**

**De fato, as ações do segurado contra a seguradora prescrevem em 01 (um) ano, nos exatos termos contidos no artigo 206,§1º, inciso II do Código Civil.**

E, no caso dos autos, o segurado renovou a apólice do seguro de vida

desde o ano de 2002, pagando mensalmente as respectivas parcelas do prêmio.

**Assim, de rigor a aplicação do prazo prescricional anual previsto no artigo 206, §1º, inciso I do Código Civil, configurando-se a hipótese de prestações de trato sucessivo, eis que o seguro foi renovado desde o ano de 2002, restando prescrita a pretensão da restituição de valores referentes às parcelas vencidas anteriormente ao ano precedente à propositura da presente demanda, como bem observado pelo apelante.**

(...)

Dessa forma, não há que se falar em prescrição total da ação, eis que as parcelas do seguro pagas nos 12 meses que antecederam à propositura da presente ação não se encontram prescritas.(sem destaques no original)

Como se vê, o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal Superior, segundo a qual, no caso de relação jurídica de trato sucessivo, não há prescrição do fundo de direito, sendo passíveis de cobrança as quantias indevidamente pagas à seguradora nos 12 (doze) meses que precederam à propositura da demanda.

A propósito, confirmam-se:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SEGURO DE VIDA. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA DECORRENTE DA EXTINÇÃO DO CONTRATO. IMPRESCRITIBILIDADE AFASTADA. INCIDÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL ANUAL.

[...]

4. Quanto à pretensão de manutenção das condições gerais contidas na "Apólice 40" (contrato já extinto), mostra-se imperiosa a aplicação do prazo prescricional anual previsto no art. 206, § 1º, II, "b", do CC/02, que versa sobre a pretensão do segurado contra o segurador.

5. Quanto às pretensões relativas ao contrato ainda vigente, constata-se que as mesmas não se restringem à declaração de nulidade das cláusulas contratuais, mas, justamente, à obtenção dos efeitos patrimoniais dela decorrentes, ou seja, a indenização pelos

prejuízos advindos do pagamento a maior do prêmio, em virtude da previsão de atualização segundo a mudança de faixa etária.

6. O prazo prescricional para a propositura de ação objetivando a restituição de prêmios em virtude de conduta supostamente abusiva da seguradora, amparada em cláusula contratual considerada abusiva, é de 1 (um) ano, por aplicação do art. 206, § 1º, II, "b", do Código Civil.

**7. A relação jurídica estabelecida entre as partes é de trato sucessivo, com renovação periódica da avença, devendo ser aplicada, por analogia, a Súmula 85/STJ. Logo, não há que se falar em prescrição do fundo de direito e, como consequência, serão passíveis de cobrança apenas as quantias indevidamente desembolsadas nos 12 (doze) meses que precederam o ajuizamento da ação.**

6. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.

(REsp 1.637.474/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15.5.2018, DJe 18.5.2018 - sem destaques no original)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA EM CONTRATO DE SEGURO DE VIDA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECLAMO.

IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ.

1. Nas relações jurídicas de trato sucessivo, quando não estiver sendo negado o próprio fundo de direito, pode o contratante, durante a vigência do contrato, a qualquer tempo, requerer a revisão de cláusula contratual que considere abusiva ou ilegal, seja com base em nulidade absoluta ou relativa. Precedentes. 1.1 A pretensão condenatória, contudo, sujeita-se à prescrição das parcelas vencidas no período anterior à data da propositura da ação, conforme o prazo prescricional aplicável. Precedente da Segunda Seção.

2. Impossibilidade de aplicação do prazo prescricional trienal para o pleito de repetição de indébito ante o princípio da *non reformatio in pejus*.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.545.046/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20.3.2018, DJe 2.4.2018.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Deixo de majorar os honorários nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, em razão de ter o acórdão (e-STJ, fl. 411) estabelecido o percentual máximo permitido.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora